

NOTA

O que segue foi escrito para e durante um curso de Floyd Merrell , em 1996, denominado *Semiótica das mídias*, durante o qual a teoria de Peirce sobre o signo serviu de instrumento contundente para uma crítica ao modo binário de pensar —atribuído principalmente ao espírito francês. Ocasão, também, para instigar-nos a explorar formas de pensamento não lineares. Embora não esteja muito familiarizado com a obra de Peirce, o estou com os exemplos de não linearidade analisados ao longo do curso. A “Teoria das Catástrofes” de René Thom, os “Sistemas Dissipativos” de Prigoyine e Stengers, o bem humorado livro de Hofstadter sobre os paradoxos em música, pintura e lógica —para não citar os escritos de Borges ou as telas de Manet—, são meus conhecidos de longa data. Foi com este tipo de aliados que procurei me defender do lado obscuro, xiita, da minha formação lacaniana. Quando falo de obscurantismo penso na tentação de se tomar a psicanálise como uma *weltanschauung*, malgrado as repetidas desmentidas dos psicanalistas neste sentido. A bem da verdade, um certo pendor metafísico parece inevitável em qualquer teoria poderosa o suficiente para se tornar um sistema de pensamento, e não creio que o “peircismo”, se existir tal coisa, fuja à regra. Bastaria quase nada para que o signo triádico de Peirce fosse tomado pela divina trindade e usado como o Aleph de Borges, o ponto desde o qual pode ver-se o universo inteiro (uma afirmação do tipo “tudo é signo”, por exemplo, pode prestar-se perfeitamente para tal uso).

Em todo caso, porque concebe o signo como um processo, um contínuo engendrar-se, a teoria de Peirce enseja uma possibilidade de diálogo crítico com a teoria psicanalítica do sujeito que poderia muito bem servir aos analistas.

*

Minto

A menor experiência, não digo com a análise, com a vida em sociedade, faz com que qualquer um perceba que apesar das afirmações em contrário dos lógicos, um proferimento como “eu minto” não apenas não é contraditório como é perfeitamente possível, por não dizer corriqueiro. A lógica clássica qualifica como antinomias enunciados autorreferentes desta sorte, porque os considera a partir de regras de escritura abstratas, isoladas de qualquer contexto real de comunicação. A aporia só é tal para um jogo de escrita que imagine um mentiroso ideal; um enunciado puro de falsidade, sem enunciação.

Considerando um mentiroso menos etéreo, não é difícil concluir que o *eu* designado pela desinência do verbo mentir, o “o” de “minto”, não coincide com o sujeito da enunciação, apenas lhe indica o lugar na frase gramatical, sem

fornecer-lhe qualquer significação. Quem alguma vez não ouviu um narrador corrigir seu relato com a expressão: “não, minto”? O que ele nos informa com esta ressalva sobre seu próprio enunciado senão que teme estar nos levando por mal caminho, induzindo-nos ao erro, em suma, receia estar nos enganando?

Embora seja possível afirmar deste “minto” seu caráter de figura retórica, sem mais consistência que o “tudo bem” na situação de se cumprimentar alguém —nem este é uma pergunta a ser respondida, nem aquele implica, necessariamente, a má fé do locutor—, resta o fato, não obstante, de que “minto” não é uma simples asserção objetiva do locutor sobre si mesmo, como o seria, por exemplo, “estou cansado”. “Minto” diz mais; indica alguma coisa sobre nossa relação com o interlocutor presente, mais precisamente, declara nossa intenção de enganá-lo, e isso não tem, a princípio, nada de paradoxal.

A propósito das intenções do locutor, os leitores de Freud decerto se recordarão do *chiste* dos dois judeus que se encontram numa estação de trem, na plataforma destinada a Polônia. Um pergunta ao outro “Para onde você está indo?” E este responde: “Para Cracóvia”. O primeiro retorque, furioso: “Que mentiroso! Você diz que vai para Cracóvia para que eu pense que você vai para Lemberg. Mas eu sei que você vai mesmo para Cracóvia, para quê mentir?” Esta estória maravilhosa está perdida entre os exemplos que ilustram os gêneros e técnicas do *chiste*. Freud se limita a indicar o contrassenso como a técnica aqui empregada e acrescenta uma observação sobre “o problema das condições da

verdade”. *Chistes* como este, escreve Freud, “[não] atacam a uma pessoa ou instituição senão antes à certeza mesma de nosso conhecimento, de um dos nossos bens especulativos. Portanto, o nome adequado para eles seria o de *chistes céticos*.” É, não obstante, muito mais do que isso. Este *chiste* mostra as condições de possibilidade da psicanálise como discurso ao exemplificar a fala dividindo o locutor entre o que ele disse e o que tencionava dizer. O inconsciente é isso, o hiato entre enunciado e enunciação, e o passo da psicanálise foi dar a esse descompasso carta de cidadania. Tratava-se e ainda se trata de mostrar que falar também é o que se disse sem querer ou sem pensar, e que em matéria de intenções, além das sabidas e manifestas, o que foi dito como que por acidente muitas vezes mostra outra intenção que o falante faria muito bem em reconhecer como sua.

Mas, voltando aos judeus que deixamos no trem, não é isso blefar: dizer a verdade no enunciado para mentir melhor com a enunciação; induzir meu adversário a se atralhar com suas próprias especulações sobre minhas intenções em relação a ele? Poe sugere que a postura talvez mais artilosa para se ganhar no jogo seria agir como um tolo o faria. E Borges, no seu magnífico *A morte e a bússola*, descreve uma complicada trama para prender um detetive que perde o jogo e a vida, precisamente por jogar bem demais. Uma sequência de assassinatos enigmáticos eram as peças de um quebra-cabeça que o assassino ideara como isca para atrair o decifrador ao encontro fatal. Mas para o

mecanismo funcionar o vilão precisava contar com o raciocínio apurado de sua vítima. Será justamente a lógica impecável do detetive que o fará no fim cair como um pato. Já aconselhava o general Perón a dar corda suficiente aos adversários para eles se enforcarem sozinhos.

O animal esperto pode enganar seu predador, blefar jamais. Blefar é coisa de gente. O bicho pode, por exemplo, evitar as marcas que denotariam sua presença. Mais, ainda, pode deixar intencionalmente falsas pegadas para desnortear o caçador e escafeder-se na direção oposta. A raposa faz isso, para afastar indesejáveis de sua toca. Animal nenhum, contudo, deixaria um rasto falsamente falso. Um rasto indicando realmente a direção da madrigueira que se deseja proteger para induzir o predador a *não* segui-lo e encaminhar-se em outra direção. Animal nenhum (nem máquina nenhuma, aliás — e é por conta disso que os grandes mestres do xadrez ganham dos super-computadores) pode pensar um outro que também pensa, que não só se orienta mediante índices.

Isso tudo para introduzir meu comentário à análise que Floyd Merrell faz do “paradoxo do mentiroso” — transformado por ele no publicitário anunciando seu produto como o melhor do mercado —, que começa por interrogar-se sobre as intenções do outro. Será que ele é honesto, reflete Merrell, quando me diz que a mercadoria é ótima? E depois, como consumidor precavido, recomenda:

“parece mais sensato supor que a mensagem do publicitário é possivelmente falsa.” Vai ser em cima desta última observação — um juízo sobre a mensagem do outro, metalingüística, portanto — que Merrell aplicará a lógica do “paradoxo de Epimênides”. Sua conclusão será que a lógica formal bivalente, por bivalente, isto é, binária, resulta pobre para dar conta das nuances da relação pragmática de comunicação que analisa. A idéia é que nada é pura e simplesmente verdadeiro ou falso terceiro excluído, e que faríamos bem em “acrescentar uma saudável dose de Primeiridade, de possibilidade, de incerteza radical.”

Veremos que esta incerteza radical a que Merrell se refere assinala o lugar de retorno da enunciação no que ela foge ao locutor. Enunciação que enquanto não for reconhecida nas fendas do próprio discurso, será sempre atribuída ao interlocutor. Um pouco como a criança que bate no irmão detestado e a seguir chora e grita que o irmão bateu nele. Estaríamos enganados, creio, se não acreditássemos na sua boa fé. Poe se deu conta disso quando escreveu seu *William Wilson*.

“Nenhuma proposição, aliás, nenhum signo, está isento de crítica e denegação, nem sequer esta proposição”, cita Merrell, e continua:

Nobres palavras. Mas podem realmente segurar o tranco dentro da justa pragmática que se joga na semiótica dialógica humana? Isto é, era sincera esta pessoa quando pronunciou sua sentença? Acreditava nela ou acreditava que era possivelmente falsa? Esta segunda alternativa deve ser o caso. Se acreditava na sua possível falsidão, então acreditava ser ela verdadeira, e no caso, acreditava ser possivelmente falsa. E estamos lançados na infinita corrida

regressiva outra vez. Não há saída para este dilema? Estamos condenados para a eternidade a nossa docta ignorância?

Acho curiosa e oportuna esta referência à “docta ignorância”, porque a pergunta mais clássica dirigida ao psicanalista, quando de inconsciente se trata, isto é, de uma intenção desconhecida para o próprio sujeito, é a kantiana “que posso saber?” Neste ponto, contudo, Merrell evoca os “tipos lógicos” de Russell, artifício lógico, como se sabe, para barrar a autorreferência, demônio na origem dos paradoxos. Não sem acrescentar que:

[Também] estamos presos na incerteza das intenções. Quais, precisamente, eram nossos motivos no momento de proferir tal proposição. Sinceridade, arrogância, humildade, logro, honestidade? Eram teus motivos iguais aos meus e aos de mais alguém? O desfecho é que *simplesmente não podemos ter certeza* [meu grifo] que ao dizer “Esta sentença é possivelmente falsa” acreditemos de fato ser ela verdadeira ou falsa, ou apenas *vaga* ou uma *generalidade* aplicável a todas as sentenças, ou tudo o anterior ou nada do anterior.

Antes disso, a ‘máxima pragmática’ de Peirce fora evocada a propósito da verdade da proposição:

devemos conceber todos os significados possíveis de um termo ou signo no contexto de seu uso em todos os contextos possíveis da troca pragmática humana, e quando tivermos feito isso — o que comporta uma corrente infinita de concepções e aplicações práticas e suas consequências, então saberemos a “verdade” e ela nos libertará. Pura delícia, felicidade semiótica.

Não sem ironia Merrell lembra não ser possível percorrer integralmente a série metonímica em que um signo pode engajar-se. Não podemos ter a última palavra sobre ele, nem saber exatamente o que ele *quer* dizer. A verdade, em termos absolutos, não é em última instância possível para quem fala. Não podemos conhecer, com certeza de cientistas, as verdadeiras intenções do publicitário e, acrescentaria eu, nem as nossas próprias sem o rodeio que já mencionei através das formações do inconsciente, em que se manifesta o sujeito da enunciação que também somos.

A propósito, nem precisamos de uma coisa tão complicada quanto a fala de um vendedor para indicar a incerteza da enunciação. Tomemos o proferimento mais elementar que existe, um em que a enunciação nem sequer está indicada gramaticalmente por qualquer *shifter*: “Chove”. Supondo-se que esse seja, de fato, o caso, bastaria olhar pela janela para constatar a verdade ou a falsidade da asserção. Mas convenhamos que, mesmo assim, estamos longe de seu sentido. A pergunta pela enunciação se impõe: “por que você disse isso?” Ou melhor, porque como destinatário faço parte da mensagem: “por que você *me* diz isso?” Dependendo do contexto dito “pragmático” da nossa relação, “chove”, o enunciado, pode significar: “não vá, fica comigo!”, na enunciação; “deve ser por isso que Fulano está atrasado”; “amanhã não haverá piquenique” ou “aulas”; “a seca não vai estragar a colheita esse ano”...

Para concluir, já que falamos em comunicação e este é o trabalho de um argentino, escrito em português, comentando o trabalho escrito em inglês por um professor norteamericano que leciona no Brasil, conto uma conversa entre dois meninos pequenos. Um deles, espanhol, de visita em Buenos Aires, o outro, argentino. O motivo do diálogo era a operação de troca da lâmpada queimada de uma luminária, no teto do quarto onde eles brincavam. Foi o trocador da lâmpada, testemunha muda, quem registrou este pequeno milagre da comunicação.

—*La bombilla está caliente, por eso no puedes cogerla con los dedos*, diz o menino espanhol, descrevendo o primeiro passo de desatarrachar a lâmpada. Como *bombilla*, em Buenos Aires, quer dizer bomba de chimarrão (*mate*), e este último era um hábito familiar, o interpelado responde assim:

—*Mi mamá no me dejar tomar mate cuando está caliente, porque quema la boca*.

Naquele momento a lâmpada escorrega das mãos do trocador que, às duras penas, consegue evitar que se espatife contra o chão. O argentino glosa o incidente:

—*La bombita explota, si se cae*.

O espanhol, possivelmente pensando nas discussões sobre o desarmamento nuclear, à ordem do dia na Europa daquela época, e levando em consideração que na Espanha *bombita* é uma bomba, a arma, pequena, retorque:

—*Los rusos tienen cohetes que llevan bombas*.

PS: Na padaria¹

¹ Tudo isto aconteceu há muito tempo, numa galáxia muito, muito distante.

Visto que o homem da mídia se refere supostamente a um objeto “lá fora” mediante seu discurso de vendedor, achei bom acrescentar duas palavras sobre os objetos dos signos, seus referentes. De certo modo, estou retomando um debate medieval, entre nominalistas —os nomes são apenas nomes, e não tem nenhuma relação com as coisas— e universalistas —os nomes o são de categorias universais que estariam contidas nas coisas—, implícito na política dita “correta”, que entende que mudar os nomes equivale a mudar a relação que temos com as coisas mesmas que esses nomes designam.

Como ilustração, a padaria da esquina de meu consultório, da qual sou antigo freguês. Existia nela (e o passado tem a ver com o relato que estou prestes a fazer) um lanche denominado Baurú. Tal Baurú consistia num sanduiche misto ao qual se acrescentavam duas rodela de tomate. O preço da iguaria: R\$ 2,50. Já o misto quente, que não tinha, como o Baurú, direito a nenhum título de nobreza, custava R\$ 1,50. Em certa ocasião, me ocorreu perguntar quanto me cobriam por acrescentar a meu sanduiche duas rodela de tomate e a resposta do balconista foi: vinte centavos. Logo, contrariando as expectativas de Gottlob Frege, que nunca foi freguês de minha padaria, misto-quente-com-tomate não pode ser substituído por Baurú *salva veritate*, como a estrela d’alba pelo planeta Vênus, porque nomes distintos tinham feito da mesma coisa dois objetos perfeitamente discriminados e de valor diferente.

Antes de interrogar a magia que fez com que o Baurú retirasse uma mais valia de oitenta centavos do decaído misto quente, vamos a um segundo exemplo, devidamente documentado, para os incrêdulos. Uma conhecida minha, baiana, fotografou numa padaria lá em Salvador a seguinte placa:

pão com manteiga: R\$ 0.80; sem manteiga: R\$ 0.30

pão com margarina: R\$ 0.50; sem margarina: R\$ 0.20

Aqueles que se ocupam da transmutação do chumbo em ouro, bem poderiam interessar-se por esta metamorfose do pão-sem-manteiga que adquire, talvez por metonímia em relação ao lácteo para a qual estava destinado, uma superioridade hierárquica sobre seu duplo transformado em primo pobre, o pão-sem-margarina.

Para concluir, de volta à padaria de São Paulo, constatamos que o suco de laranja com mamão custa quase metade que o suco de mamão com laranja, porque este último chama-se “vitamina de mamão” e a vitamina, se for com laranja e não com leite, custa mais cara. Fazer o quê? Alguns nascem para vitaminas; outros, para sucos! Como vocês vêem, o direito ao título nobre de vitamina introduz no bom e velho mamão com suco essa pequena diferença que os psicanalistas denominam “o falo”, e quem a quiser tem mais é que pagar por ela. Isso para aqueles que ainda pensam que a ordem dos fatores não altera o produto.

São Paulo 21/06/96